

Demonstrações Financeiras

Central Eólica Praias de Parajuru S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	13
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	17
4. CONTAS A RECEBER E A PAGAR – ELETROBRAS	17
5. IMPOSTOS A RECUPERAR	18
6. DEPÓSITOS VINCULADOS	18
7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	19
8. FORNECEDORES	20
9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	20
10. PROVISÕES PARA RISCOS.....	22
11. DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS	23
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	23
13. RECEITA.....	25
14. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	25
15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	25
16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	26
17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	27
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	27
19. COMPROMISSOS	31
20. SEGUROS	31
21. EVENTOS SUBSEQUENTES	31
PARECER DO CONSELHO FISCAL	32
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	34

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Senhores Acionistas,

A Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado é de R\$70.560 mil, representado por 70.560.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um lucro de R\$14.425 mil em 2019, em comparação ao prejuízo de R\$9.884 mil em 2018.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida foi de R\$42.763 mil em 2019, em comparação a R\$28.933 mil em 2018, representando um aumento de 47,80%. Esse aumento decorre, principalmente, do ajuste positivo na receita de R\$8.394 mil em 2019 (R\$3.273 mil negativo em 2018), devido ao aumento da energia gerada em 2019. Esse ajuste decorre da diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada no ano.

Deduções à Receita Operacional

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.711 mil em 2019, comparados a R\$741 mil em 2018, representando um aumento de 130,90%. Além do aumento da receita, em 2019 a Companhia alterou de caixa para competência o regime para a tributação da receita bruta.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$21.898 mil em 2019, em comparação a R\$33.632 mil em 2018, representando uma redução de 34,89%. Essa redução decorre, principalmente, do menor custo de manutenção dos aerogeradores em 2019.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro em 2019 correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$4.531 mil, comparada a uma despesa financeira líquida de R\$4.071 mil em 2018, representando um aumento de 11,30%, decorrente, principalmente, do menor rendimento das aplicações financeiras em 2019.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2019, a Companhia apurou o montante de R\$1.909 mil de despesas com imposto de renda e contribuição social. Comparativamente, em 2018 a Companhia apurou despesas no montante de R\$1.114 mil. Esse aumento decorre da variação da receita, que aumentou de 2018 para 2019.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

R\$ mil	2019	2018	Var. %
Resultado Líquido	14.425	(9.884)	-
Despesa de IR e CS	1.909	1.114	71,36
Resultado Financeiro	4.531	4.071	11,30
Amortização e Depreciação	9.206	9.537	(3,47)
LAJIDA	<u>30.071</u>	<u>4.838</u>	<u>521,56</u>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento ao acionista controlador pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2019	2018
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	19.042	1.231
Contas a receber de cliente	4	14.867	3.136
Estoques		-	398
Impostos a recuperar	5	81	376
Despesas antecipadas		-	349
Adiantamentos a fornecedores		-	573
Outros ativos		9	-
TOTAL DO CIRCULANTE		33.999	6.063
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos vinculados	6	-	6.965
Partes relacionadas	17	23.282	22.878
Impostos a recuperar	5	910	790
Impostos diferidos		-	195
Imobilizado	7	103.026	102.861
Intangível	7	18	873
Outros ativos		162	13
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		127.398	134.575
ATIVO TOTAL		161.397	140.638

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2019	2018
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	1.131	1.032
Empréstimos e financiamentos	9	60.516	-
Contas a pagar – Eletrobras	4	-	3.373
Impostos a recolher		937	286
Dividendos a pagar		-	446
Outras Obrigações		7	-
TOTAL DO CIRCULANTE		62.591	5.137
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	9	-	55.576
Contas a pagar – Eletrobras	4	-	950
Impostos diferidos		28	-
Provisão para desmobilização de ativos	11	12.515	7.139
Outros passivos		86	84
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		12.629	63.749
TOTAL DO PASSIVO		75.220	68.886
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	12		
Capital social		70.560	70.560
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.275	1.275
Reservas de lucros		14.342	-
Prejuízos acumulados		-	(83)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		86.177	71.752
PASSIVO TOTAL		161.397	140.638

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por lote de mil ações)

	Nota	2019	2018
RECEITA LÍQUIDA	13	42.763	28.933
CUSTOS OPERACIONAIS	14		
Pessoal		-	(1.684)
Material		(1.263)	(7.133)
Serviços de terceiros		(3.141)	(11.641)
Amortização e depreciação		(9.206)	(9.328)
Taxa de fiscalização e transmissão		(2.368)	(1.920)
Outros custos		(1.123)	(1.004)
		(17.101)	(32.710)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		25.662	(3.777)
DESPESAS OPERACIONAIS	14		
Pessoal e administradores		-	(1)
Amortização e depreciação		-	(209)
Serviços de terceiros		(545)	(367)
Outras despesas		(4.252)	(345)
		(4.797)	(922)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro		20.865	(4.699)
Receitas financeiras	15	1.085	1.505
Despesas financeiras	15	(5.616)	(5.576)
		(4.531)	(4.071)
Lucro (Prejuízo) antes dos Impostos		16.334	(8.770)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	16	(1.805)	(1.190)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	16	(104)	76
RESULTADO DO EXERCÍCIO		14.425	(9.884)
RESULTADO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$		204,44	(140,08)

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
RESULTADO DO EXERCÍCIO	14.425	(9.884)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>14.425</u>	<u>(9.884)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Prejuízos Acumulados	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC")	Total
		Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	70.560	1.124	8.677	-	-	1.275	81.636
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(9.884)	-	(9.884)
Destinação do resultado:							
Absorção de prejuízos com reservas	-	(1.124)	(8.677)	-	9.801	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	70.560	-	-	-	(83)	1.275	71.752
Lucro do exercício	-	-	-	14.425	-	-	14.425
Destinação do resultado:							
Absorção de prejuízos	-	-	-	(83)	83	-	-
Reserva Legal	-	717	-	(717)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	13.625	(13.625)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	70.560	717	13.625	-	-	1.275	86.177

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/Prejuízo do exercício	14.425	(9.884)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização (Nota 14)	9.206	9.537
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 9)	4.940	4.975
Rendimentos financeiros sobre depósitos vinculados (Nota 15)	-	(374)
Impostos diferidos (Nota 16)	104	(195)
Juros sobre mútuos (Nota 15)	(438)	(301)
Variação monetária - desmobilização de ativos (Nota 11)	625	574
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	2.125	-
Baixa de valor residual líquido de ativos	1.895	-
Reversão de provisão REIDI	(950)	-
Provisão para riscos (Nota 10)	-	(646)
	31.932	3.686
(Aumento) Redução de Ativos		
Contas a receber de clientes (Nota 4)	(11.731)	874
Impostos a recuperar (Nota 5)	175	501
Adiantamentos a fornecedores	-	(345)
Estoques	-	(239)
Outros ativos	343	921
	(11.213)	1.712
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores (Nota 8)	99	459
Obrigações sociais	-	(182)
Impostos a recolher	1.195	190
Contas a pagar – Eletrobras (Nota 4)	(3.373)	(6.109)
Outras obrigações	9	-
	(2.070)	(5.642)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(544)	-
Juros pagos (Nota 9)	-	(709)
	(2.614)	(6.351)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.105	(953)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adição ao Imobilizado e ao Intangível (Nota 7)	(6.813)	(3.626)
Depósitos vinculados (Nota 6)	6.965	-
Mútuo – Partes relacionadas (Nota 17)	-	(21.733)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	152	(25.359)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de Empréstimos e Financiamentos (Nota 9)	-	(7.830)
Dividendos pagos	(446)	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(446)	(7.830)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17.811	(34.142)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	1.231	35.373
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 3)	19.042	1.231
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17.811	(34.142)

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 27 de agosto de 2004, tendo como objetivo a implantação, a exploração e a comercialização da energia elétrica da Central Eólica Praias de Parajuru - CGE Praias de Parajuru (“Central Eólica” ou “Empreendimento”), localizada na Praia de Parajuru, Beberibe, Estado do Ceará.

A Companhia foi autorizada a funcionar como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos, de acordo com a Resolução Autorizativa ANEEL nº 526/2002, com uma capacidade de produção instalada de 28,8 MWh, mediante a operação de 32 aerogeradores. O Despacho da ANEEL nº 3452/2007, autorizou a alteração das características técnicas, passando a central geradora eólica a ser composta por 19 aerogeradores, permanecendo com 28,8 MWh de potência instalada.

Em 30 de junho de 2004, foi firmado contrato de venda de 76.801 MWh por ano de energia pelo preço de R\$211,90 por MWh com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, por um prazo de 20 anos, a contar da data planejada da operação comercial, que inicialmente estava prevista para 8 de dezembro de 2006.

Em 2 de setembro de 2008, foram assinados aditivos ao contrato de venda de energia, que alterou a quantidade de energia anual de 76.801 MWh para 106.604 MWh, e o preço de referência de R\$211,90 por MWh para R\$186,84 por MWh.

Em 15 de julho de 2009, foi assinado termo aditivo ao contrato de venda de energia, que alterou o início da operação comercial para 31 de julho de 2009, permanecendo o prazo do contrato de 20 anos.

Apesar da autorização de funcionamento da Companhia pela ANEEL ser de 30 anos, em função de atrasos na implantação do projeto, a mesma só começou a operar seis anos depois, não sendo solicitada a prorrogação do prazo de autorização à ANEEL. A Companhia iniciou suas operações em 19 de agosto de 2009.

Conforme ofício CTA-ECC 1881/2011 da Eletrobras, a energia contratada a partir do exercício de 2011 passou de 106.604 MWh para 73.525 MWh e o preço de referência de R\$186,84 por MWh para R\$317,91 por MWh vendido.

O preço da energia é reajustado anualmente pelo IGP-M. Em 31 de dezembro de 2019, o preço unitário reajustado é de R\$500,52 por MWh.

O valor por MWh mencionado acima é o valor contratual recebível quando a energia gerada for entre 70% e 100% da energia contratada. Quando a energia gerada exceder 100% da energia contratada ou quando a energia gerada for menor do que 70% da energia contratada, o preço é ajustado com base na fórmula contratual. É calculada a diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada no ano anterior, referida ao centro de gravidade, pelo preço ajustado da curva do fator de capacidade, e a energia contratada no ano anterior pelo preço unitário definido no contrato, rateada igualmente pelos 12 meses do ano subsequente.

Em 31 de dezembro de 2019, os 19 aerogeradores do parque eólico encontram-se em operação em sua capacidade máxima.

Processo de arbitragem e descruzamento das participações societárias detidas conjuntamente pela Energimp S.A. (“Energimp”) e Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”)

Em 2013, foi iniciado um processo de arbitragem entre as acionistas da Companhia, Energimp S.A. e Cemig GT, visando resolver conflitos relacionados ao ajuste de preço previsto no contrato de compra e venda de ações das eólicas Central Eólica Praia do Morgado S.A., Central Eólica Praias de Parajuru S.A. e Central Eólica Volta do Rio S.A., firmado em 2009. Em 30 de maio de 2017, a sentença final do processo foi emitida pelo Tribunal Arbitral, favorável ao acionista Cemig GT e o processo de liquidação ocorreu mediante transferência de ações dos investimentos da Energimp.

Em 17 de maio de 2018 foi celebrado o “Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças”, para quitação da dívida que a Energimp possuía junto à Cemig GT, mediante processo de alienação e permuta de ativos. Em 20 de dezembro de 2018, mediante cumprimento das condições suspensivas previstas no “Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças”, o descruzamento de ativos foi concluído e consistiu na aquisição pela Cemig GT de 51% da participação societária detida pela Energimp na empresa Parajuru, a qual era controlada em conjunto pela Energimp e Cemig GT e passou a ser uma subsidiária integral da Cemig GT.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 11 de dezembro de 2020, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Imobilizado e Intangível (Depreciação/Amortização);
- Nota 10 – Provisões para riscos;
- Nota 11 – Provisão para desmobilização de ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Adoção de novos pronunciamentos a partir de 1º de janeiro de 2019

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

CPC 06 (R2) – Arrendamentos

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia adotou nova norma com base no método retrospectivo modificado, a partir de 1º de janeiro de 2019, sem impactos financeiros relevantes em suas demonstrações financeiras.

ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 – Tributos sobre o lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito do CPC 32, nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação tem vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia adotou a interpretação a partir dessa data e analisou os tratamentos tributários que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia tiveram alteração no que se refere a expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

2.6 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

b) Imobilizado

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas ao prazo da autorização de operação ao qual se refere. As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 7.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada período de reporte, considerando o prazo do contrato de venda de energia, com o efeito de quaisquer alterações nas estimativas sendo contabilizadas prospectivamente.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

c) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

e) Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e, portanto, inclui o fornecimento de energia realizado. A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

f) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, à receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras referem-se, basicamente, aos juros sobre empréstimos e financiamentos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Contas bancárias	2.610	-
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (1)	16.432	-
Fundo de Investimento (2)	-	1.231
Total	19.042	1.231

(1) Os Certificados de Depósito Bancário – CDB são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variou entre 98% e 98,2% em 2019.

(2) Aplicações financeiras automáticas vinculadas aos saldos das contas correntes regulares, com liquidez imediata. Foram remuneradas, em média, à taxa de 6,23% em 2018.

4. CONTAS A RECEBER E A PAGAR – ELETROBRAS

	2019	2018
ATIVO		
Venda de energia faturada	6.473	3.136
Ajuste de energia de 2019 (a)	8.394	-
Total do ativo	14.867	3.136
PASSIVO		
Ajuste de energia de 2018 (a)	-	(3.273)
Provisão REIDI	-	(1.050)
Total do passivo	-	(4.323)

(a) O ajuste de energia refere-se à diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada para venda à Eletrobras no ano corrente. Este ajuste, positivo ou negativo, será liquidado em doze parcelas iguais, mensais e consecutivas, incluídas no faturamento ao longo do próximo exercício.

	2019	2018
Energia gerada em MWh	93.901	66.494
Energia faturada/contratada em MWh	73.525	73.525
Ajuste de energia em MWh	20.376	(7.031)
Ajuste de energia em R\$ mil	8.394	(3.273)

A exposição da Companhia a risco de crédito está divulgada na nota explicativa nº 18.

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2019	2018
IR a recuperar	718	1.082
CS a recuperar	72	72
Pasep a recuperar	35	-
Cofins a recuperar	164	-
Outros	2	12
Total	991	1.166
Circulante	81	376
Não circulante	910	790
Total	991	1.166

6. DEPÓSITOS VINCULADOS

	2019	2018
Conta reserva especial (a)	-	1.578
Conta reserva (b)	-	5.387
Total	-	6.965

Refere-se a obrigações contratuais do financiamento com a Caixa Econômica Federal, conforme discriminado abaixo:

- (a) Conta reserva especial - precisa manter um saldo equivalente a R\$759, a ser constituído do segundo ao sexto mês após a entrada em operação.
- (b) Conta reserva - precisa manter um saldo equivalente ao valor de três prestações mensais, vincendas, constituídas do principal, encargos e acessórios.

Em 13 de julho de 2018, a Companhia assinou termo aditivo para o contrato de vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, que previa a liberação dos recursos contidos na Conta Reserva e Conta Reserva Especial, condicionada a utilização dos recursos para o custeio de despesas de manutenção e investimentos necessários para a troca e melhoria dos equipamentos e a celebração de contrato de fornecimento de solução tecnológica para troca e melhoria dos equipamentos de geração de energia. Os recursos foram resgatados em janeiro e maio de 2019. A Companhia deverá constituir a Conta Reserva e Conta Reserva Especial após o fim do período de 24 meses de carência.

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	2019			2018		
	Custo	Dep./ Amort. Acum.	Valor Líquido	Custo	Dep./ Amort. Acum.	Valor Líquido
Intangível						
Concessão	-	-	-	1.560	(711)	849
Outros	32	(14)	18	32	(8)	24
Total do Intangível	32	(14)	18	1.592	(719)	873
Imobilizado em serviço						
Móveis e utensílios	42	(18)	24	42	(13)	29
Computadores e periféricos	-	-	-	47	(27)	20
Máquinas e equipamentos (1)	194.140	(97.951)	96.189	189.324	(87.957)	101.367
Ferramentas	-	-	-	51	(16)	35
Peças reposição	-	-	-	133	(45)	88
Imobilizado em curso	6.813	-	6.813	1.322	-	1.322
Total do Imobilizado	200.995	(97.969)	103.026	190.919	(88.058)	102.861
Total Imobilizado + Intangível	201.027	(97.983)	103.044	192.511	(88.777)	103.734

(1) Em 2019, a taxa média de depreciação da conta “Máquinas e equipamentos” é de 4,68% a.a.. Em 2018, a depreciação da conta “Máquinas e equipamentos” variou de 5% a 10%.

A movimentação do imobilizado e do intangível é como segue:

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31/12/2019
Intangível						
Concessão	849	-	-	(849)	-	-
Outros	24	-	-	-	(6)	18
Total do Intangível	873	-	-	(849)	(6)	18
Imobilizado em serviço						
Computadores e periféricos	20	-	-	(20)	-	-
Máquinas e equipamentos	101.367	4.751	-	(734)	(9.195)	96.189
Ferramentas	35	-	-	(35)	-	-
Móveis e utensílios	29	-	-	-	(5)	24
Peças reposição	88	-	-	(88)	-	-
Imobilizado em curso	1.322	6.813	(3.048)	1.726	-	6.813
Total do Imobilizado	102.861	11.564	(3.048)	849	(9.200)	103.026
Imobilizado + Intangível	103.734	11.564	(3.048)	-	(9.206)	103.044

Em 31 de dezembro de 2019 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

8. FORNECEDORES

	2019	2018
Materiais e Serviços	855	1.032
Encargos de uso da rede elétrica	276	-
Total	1.131	1.032

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moeda	Saldo em 2019			Saldo em 2018
				Circulante	Não Circulante	Total	
MOEDA NACIONAL							
Caixa Econômica Federal (1)	Setembro/2021	TJLP + 2,50%	R\$	60.516	-	60.516	55.576
Total Geral				60.516	-	60.516	55.576

(1) Em função do não cumprimento em 31/12/2019 das cláusulas restritivas (*covenants*) estipuladas no contrato junto à Caixa Econômica Federal, o valor total do financiamento foi reclassificado para o passivo circulante.

Em 13 de julho de 2018, a Companhia assinou termo aditivo para a repactuação da dívida com a Caixa Econômica Federal, incluindo um período de carência de 24 meses com a suspensão das amortizações mensais.

A composição consolidada dos empréstimos e financiamentos, por indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2020	2021	Total
Indexadores			
Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP	20.173	40.343	60.516
Total Geral	20.173	40.343	60.516

O indexador utilizado para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos teve as seguintes variações:

Indexador	Variação Acumulada em 2019 (%)	Variação Acumulada em 2018 (%)
TJLP	(20,20)	(0,29)

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	59.140
Variação Monetária	4.975
Encargos Financeiros pagos	(709)
Amortização de Financiamentos	(7.830)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	55.576
Variação Monetária	4.200
Encargos Financeiros provisionados	740
Saldo em 31 de dezembro de 2019	60.516

Garantias

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos da Companhia é garantido por sua controladora Cemig GT da seguinte forma:

	2019
Recebíveis	60.516
TOTAL	60.516

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Caixa Econômica Federal poderá declarar antecipadamente vencido o contrato no caso de ocorrer uma das seguintes situações: inadimplemento, falência, ocorrência de procedimento judicial ou de qualquer evento que possa afetar a segurança do crédito concedido, redução do quadro de pessoal e extinção da autorização da ANEEL para exploração do empreendimento.

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	Exigibilidade de cumprimento
Financiamento Caixa Econômica Federal	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	Manter Índice igual ou superior a 1,20	Anual (durante o período de amortização)
	Patrimônio Líquido/Passivo Total	Manter relação mínima de 20,61%	Permanente (durante o período de amortização)
	Capital Social Subscrito e Integralizado da financiada/Total dos investimentos realizados do projeto financiado	Manter relação mínima de 20,61%	Permanente (durante o período de amortização)

Os contratos de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a Central Eólica Praias de Parajuru possuem *covenants* financeiros com exigibilidade de cumprimento condicionado ao vencimento antecipado do saldo remanescente da dívida. O cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida é considerado exigível durante o período de amortização, sendo o início deste período a partir de agosto de 2020.

Em 2019, a Companhia não apresentou a comprovação das renovações de seguros com cinco dias de antecedência ao vencimento das apólices de seguros referente aos Danos Patrimoniais e Lucros Cessantes.

A Companhia excepcionalmente não apresentou as demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 no prazo exigido pelo contrato de empréstimo. Em virtude desta excepcionalidade, a Companhia solicitou à Caixa Econômica Federal que concedesse prazo adicional para a divulgação dessas demonstrações financeiras até 30 de setembro de 2019 e solicitou também a dispensa de divulgação das demonstrações financeiras semestrais do período findo em 30 de junho de 2019.

Considerando a atual conjuntura macroeconômica e de saúde pública vivenciadas no Brasil, em função da pandemia do Covid-19, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória 931 de 2020, que autorizou as sociedades anônimas, cujo exercício social se encerre entre 31 de dezembro de 2019, a realizar a assembleia geral ordinária no prazo de sete meses, contado do término do seu exercício social. Dessa forma, foi solicitada à Caixa Econômica Federal a prorrogação do prazo para entrega das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2019.

Não houve decretação de vencimento antecipado do financiamento da Companhia em razão dos atrasos para atendimento das cláusulas restritivas acima citadas.

Em 31 de dezembro de 2019, em atendimento ao CPC 26, a Companhia reclassificou o total do saldo do financiamento com a Caixa Econômica Federal para o passivo circulante.

10. PROVISÕES PARA RISCOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não possui processos cuja probabilidade de perda foi considerada provável pelos assessores jurídicos.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Trabalhistas

A Companhia é parte de ações movidas por seus empregados, as quais versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias e benefícios diversos, sendo o valor da contingência, aproximadamente, de R\$70 em 31 de dezembro de 2019 (R\$716 em 31 de dezembro de 2018).

Tributárias

Também é parte de processos judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, entre outros, assuntos a respeito do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), sendo o valor da contingência, aproximadamente, de R\$21.539 em 31 de dezembro de 2019 (R\$11.518 em 31 de dezembro de 2018).

Outros processos no curso normal dos negócios

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas relacionadas às áreas de servidão para passagem de linhas de transmissão de energia, no montante estimado de R\$2.300 em 31 de dezembro de 2019 (R\$3.772 em 31 de dezembro de 2018).

11. DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contém obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes, deve-se constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Conforme previsto na Resolução Autorizativa ANEEL nº 526/2002, a Companhia está autorizada a operar até setembro de 2032. É esperado que, após o encerramento do prazo de autorização da operação, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25.

Ativo	
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2017	1.909
Amortização em 2018	(165)
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2018	1.744
Amortização em 2019	(164)
Remensuração dos custos estimados (1)	4.751
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2019	6.331
Passivo	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.565
Variação Monetária	574
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.139
Variação Monetária	625
Remensuração dos custos estimados (1)	4.751
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.515

(1) Para o ano de 2019, foi contratada uma empresa de engenharia especializada, que elaborou um relatório com os cálculos dos custos de remoção de toda a estrutura eletromecânica e civil do parque eólico.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social subscrito e integralizado é de R\$70.560, representado por 70.560.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão - Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Refere-se a recursos financeiros utilizados no pagamento de gastos da Companhia, referentes à fase de implantação do empreendimento repassados por seus acionistas. O saldo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$1.275.

A Companhia mantém o valor registrado como instrumento de patrimônio, em função de não haver intenção de devolução em caráter irretratável e irrevogável, bem como não existir qualquer tipo de indexação ou remuneração do montante prevista até a data de conversão.

a) Reservas de lucros

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2019	2018
Reservas de lucros		
Reserva legal	717	-
Reserva de Retenção de Lucros	13.625	-
	<u>14.342</u>	<u>-</u>

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

b) Dividendos

Em 13 de julho de 2018, a Companhia assinou termo aditivo para a repactuação da dívida com a Caixa Econômica Federal, incluindo as seguintes condições: (i) período de carência de 24 meses com a suspensão das amortizações mensais; (ii) durante o período de carência intermitente, todos os recursos que possam ser distribuídos a título de dividendos obrigatórios declarados ou não aos acionistas, deverão ser retidos e ou reinvestidos para o custeio de despesas de manutenção e investimentos necessários para a troca e melhoria (*retrofit*) dos equipamentos.

Destinação do resultado de 2019 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2020, que, ao resultado do exercício, no montante de R\$14.425, seja dada a seguinte destinação:

- R\$83 sejam destinados para absorção de prejuízos acumulados de 2018;
- R\$717 sejam destinados para constituição de reserva legal;
- R\$13.625 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros.

13. RECEITA

	2019	2018
Venda de energia	44.474	29.674
Deduções à receita operacional (a)	(1.711)	(741)
Receita Operacional Líquida	42.763	28.933

(a) Deduções à Receita Operacional

	2019	2018
PIS/COFINS correntes	(1.623)	(860)
Créditos de PIS/COFINS sobre diferenças temporárias	-	119
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	(88)	-
Total das deduções	(1.711)	(741)

14. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Serviços de terceiros	3.686	12.008
Material	1.263	7.133
Pessoal	-	1.685
Depreciação e amortização	9.206	9.537
Taxa de fiscalização e transmissão	2.368	1.920
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	2.125	-
Baixa de valor residual líquido de ativos	1.895	-
Outros	1.355	1.349
	21.898	33.632
CUSTOS	17.101	32.710
DESPESAS	4.797	922
TOTAL	21.898	33.632

15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2019	2018
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras - Equivalentes de caixa	647	830
Rendimentos financeiros sobre depósitos vinculados	-	374
Juros sobre mútuos	438	301
	1.085	1.505
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.940)	(4.975)
Variação monetária – Provisão para desmobilização de ativos	(625)	(574)
Outras despesas financeiras	(51)	(27)
	(5.616)	(5.576)
Resultado Financeiro	(4.531)	(4.071)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo da despesa com imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está demonstrado abaixo:

	2019	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	44.474	44.474
Percentual de Presunção	8%	12%
	3.558	5.337
Receita financeira sobre resgate efetivo de aplicações	911	911
Outras receitas financeiras - Mútuo	438	438
Base de Cálculo Lucro Presumido	4.907	6.686
Alíquota	15%	9%
IR e CS	736	602
Adicional (10% s/ valor superior à R\$240)	467	-
IR e CS - Total	1.203	602
Rendas não resgatadas	307	307
Alíquota	25%	9%
IRPJ e CSLL Diferidos	76	28
Despesa com imposto de renda e contribuição social	1.279	630
Corrente	1.203	602
Diferido	76	28

	2018	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	23.794	23.794
Percentual de presunção	8%	12%
Base de Cálculo antes de outras Receitas	1.904	2.855
Receitas Financeiras	1.505	1.505
Base de Cálculo	3.409	4.360
Alíquota nominal	15%	9%
Tributos apurados	(511)	(392)
Adicional (10%)	(317)	-
Outros	4	26
IR e CS correntes	824	366
IR e CS diferidos	(56)	(20)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	768	346

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO	
	2019	2018	2019	2018
Cemig Geração e Transmissão S.A.				
Circulante				
Dividendos	-	-	-	11
Central Eólica Volta do Rio S.A				
Não circulante				
Mútuo (1)	22.440	22.000	-	-
Notas de crédito (2)	842	878	-	-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Empréstimo com parte relacionada a ser utilizado no conserto dos aerogeradores. Em maio de 2020, foi celebrado o Contrato de Mútuo para formalização das referidas operações de empréstimos e definição das condições financeiras a serem observadas, sendo convalidados os atos pretéritos realizados.
- (2) Reembolso de pagamentos de despesas com o serviço prestado pela WEG para recuperação integral de um gerador síncrono (protótipo).

A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2019		2018	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Contas a receber de cliente	2	14.867	14.867	3.136	3.136
Partes relacionadas	2	23.282	23.282	22.878	22.878
Depósitos vinculados	2	-	-	6.965	6.965
		38.149	38.149	32.979	32.979
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa – Aplicações financeiras	2	16.432	16.432	1.231	1.231
		54.581	54.581	34.210	34.210
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores	2	(1.131)	(1.131)	(1.032)	(1.032)
Empréstimos e financiamentos	2	(60.516)	(60.516)	(55.576)	(55.576)
Contas a pagar – Eletrobras	2	-	-	(4.323)	(4.323)
		(61.647)	(61.647)	(60.931)	(60.931)

- (1) Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2019 e 2018.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta a variação das taxas de juros nacionais, relacionados às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI, conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Ativos Financeiros		
Equivalentes de Caixa – Aplicações financeiras	16.432	1.231
Depósitos vinculados	-	6.965
	16.432	8.196
Passivos Financeiros		
Empréstimos e Financiamentos (TJPL + 2,5% a.a.)	(60.516)	(55.576)
Passivo Líquido Exposto	(44.084)	(47.380)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2020, a taxa SELIC será de 1,75% e a TJLP será de 4,66%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50%, em relação ao cenário provável.

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	2019 Valor contábil	2020		
		Cenário provável TJLP 4,66% SELIC 1,75%	Cenário possível TJLP + 25% 5,83% SELIC + 25% 2,19%	Cenário remoto TJLP + 50% 6,99% SELIC + 50% 2,63%
Ativos				
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	16.432	16.720	16.792	16.864
Passivos				
Empréstimos e financiamentos – TJLP	(60.516)	(63.336)	(64.044)	(64.746)
Passivo líquido exposto	(44.084)	(46.616)	(47.252)	(47.882)
Efeito líquido da variação das taxas de juros		(2.532)	(3.168)	(3.798)

Risco de Liquidez

Em 2019, a Companhia apresentou uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores, empréstimos e financiamentos, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	1.131	-	-	-	-	1.131
Empréstimos e Financiamentos	-	-	24.154	42.003	-	66.157
	<u>1.131</u>	<u>-</u>	<u>24.154</u>	<u>42.003</u>	<u>-</u>	<u>67.288</u>

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados. A principal fonte de receitas da Companhia advém da venda de energia à Eletrobrás no âmbito do Proinfa, portanto, o risco de crédito é considerado baixo.

Risco de vencimento antecipado de empréstimo e financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos da Companhia com a Caixa Econômica Federal, as quais estão mencionadas na nota explicativa nº 9.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, que poderá acarretar na redução da quantidade de energia gerada e, conseqüentemente, na redução da rentabilidade do negócio.

19. COMPROMISSOS

Arrendamentos

A Companhia possui compromisso referente ao contrato de arrendamentos de terras. Os pagamentos efetuados para arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos referem-se, preponderantemente, ao terreno onde estão instaladas as torres eólicas da Companhia e possuem as seguintes características:

Área (ha)	Início (Vigência)	Fim (Vigência)	Prazo	Pagamento Mensal
376	02/02/2002	02/02/2030	28 anos	2% da Receita Operacional

20. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro, com vigência até 18 de dezembro de 2020, para cobertura de riscos operacionais, sendo:

- R\$75.000 de indenização máxima contra danos materiais;
- R\$11.289 de indenização máxima para cobertura de lucros cessantes; e,
- R\$10.000 de indenização máxima para cobertura de responsabilidade civil.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

COVID-19 – Coronavírus – Impactos para a Companhia

A Companhia está acompanhando de perto os possíveis impactos da COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação, não tendo ainda observado efeitos significativos em sua situação patrimonial e resultados advindos da pandemia e da retração na atividade econômica, além de alteração de premissas utilizadas para cálculo de valor justo e recuperável de determinados ativos financeiros e não financeiros. A principal fonte de receitas da Companhia advém da venda de energia à Eletrobrás no âmbito do Proinfa, portanto, o risco de crédito é considerado baixo.

A Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus empregados próprios ou terceirizados não se exponham a situações de risco, tais como: restrição de viagens nacionais e internacionais; utilização de meios de comunicação remota; *home office* para determinado grupo de empregados, etc.

Autorização de aportes para aumento de capital

Em setembro de 2020, o Conselho de Administração da controladora Cemig GT autorizou a realização de aportes na Companhia no valor de até R\$14.000, a serem realizados em 2020, com o consequente aumento de capital.

Com a efetivação dos aportes, o Capital Social da Companhia passará a ser de R\$84.560, representado por 84.560.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

Recebimento de mútuo - Volta do Rio

Em outubro de 2020, a Companhia recebeu o empréstimo concedido à parte relacionada Volta do Rio. As operações de mútuo foram realizadas em 2018, no valor principal de R\$21.300, com custo de 125,52% do CDI.

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor Presidente

Alexandre Vidigal Pereira Pinto
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG-47.822

Carolina Senna
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contadora CRC-MG 77.839

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Central Eólica Praias de Parajuru S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2019, acompanhadas dos respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2020.

Francisco Luiz Moreira Penna

Nelson Tamietti

Paulo Roberto de Brito Mosqueira

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Praias de Parajuru S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório, em 02 de dezembro de 2020, com opinião modificada decorrente da ausência de documentação suporte para o registro da provisão de custos de remoção da sua estrutura operacional.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0